

Apresentação do dossiê

Verdadeira obsessão nas décadas finais do século XX, o tema da memória tem ocupado diferentes campos disciplinares e gerou expressões cuja circulação se deu nos mais variados estudos, tais como “cultura da memória”, “batalhas de memória”, “dever de memória” e “lugares de memória”. Grosso modo, o debate tem se concentrado, de um lado, na memória articulada a ações de mercantilização de representações sobre o passado (como em revivals e guinadas “retrô” que tomaram a indústria da moda e do entretenimento). De outro, rapidamente derivou para demandas por reparação que, ao viés estritamente político, agregaram o jurídico, resultando, inclusive, nas chamadas leis memoriais, que tentaram estabelecer se e como determinados momentos e processos históricos deveriam ser narrados. Afirmou-se, com isso, que o passado continuava vivo no presente, embora memórias difíceis sobre tempos e episódios sombrios por muito tempo ficassem ocultadas, recalçadas. Vindas à tona, em um esforço doloroso de continuada exposição e reexposição dos traumas vividos, buscaram – e ainda buscam – não somente o reconhecimento de crimes perpetrados contra determinados grupos como a punição dos responsáveis. No horizonte, a recomposição das relações sociais por meio de uma nova ordem ética, pós-traumas.

Ao analisar algumas experiências que lidaram com demandas de reparação por meio de comissões nacionais de verdade, o historiador belga Berber Bevernage (2014) introduziu um questionamento perturbador: tais comissões raramente podem atender plenamente às demandas de vítimas da violência de Estado e seus familiares, pois um e outro lado mobilizam concepções distintas de tempo. Para as comissões, e para aqueles que as instituem, o tempo da violência é um tempo encerrado – o passado tal como presente na História como campo disciplinar, portanto, irreversível. Para vítimas e familiares (ou para parte significativa deles), o passado está entranhado no presente, e

não pode ser simplesmente dado como findo – há questões a esclarecer, há contas a acertar, há crimes a punir, o que torna esse passado irrevogável. Bevernage destaca uma forma radical de percepção dessa irrevogabilidade na postura assumida pela associação das “Madres” da Plaza de Mayo, na Argentina, ao se recusarem a reconhecer seus filhos como mortos (antes, são “desaparecidos” para sempre), se opondo a exumações, rejeitando reparações econômicas, desprezando a criação de monumentos em honra às vítimas; reivindicaram, sim, cárcere para os “genocidas”, e ensinaram que um passado entendido como encerrado compactuava com a impunidade (Bevernage, 2014, p. 69-77). Portanto, a própria maneira como lidamos com o passado nos defronta com dimensões éticas, não bastando apenas lembrá-lo: importa como lembramos e o que fazemos com essas lembranças.

O dossiê “Memória, ética e reparação” reúne seis artigos que lidam de formas distintas com esses três termos, ora equilibrando reflexões sobre todos eles, ora privilegiando um ou outro. No artigo “O desastre da talidomida na Espanha: usos da memória em busca por reparação”, temos a situação de equilíbrio: nele, o doutorando em História, Dones Claudio Janz Jr., examina aspectos das disputas jurídicas travadas entre vítimas espanholas do uso da talidomida, nos anos 1950 e 1960, e a empresa farmacêutica alemã Chemie Grünenthal, questão que se mantém em aberto nos tribunais. Mas há artigos em que a memória e seus processos sociais de produção são o foco principal.

Em “Patrimônio urbano, memória e resistência: os casos de Pilar, Crixás e Porangatu (GO)”, a doutora em Geografia, Luana Nunes Martins de Lima, promove uma reflexão sobre os limites das ações oficiais de preservação do patrimônio edificado nas áreas urbanas daqueles municípios goianos e sobre a resistência de um patrimônio que persiste na memória dos moradores. Vagner Silva Ramos Filho, doutorando em História, no artigo “‘Da praça pública ao palácio’: a atuação da imprensa cearense na cultura da memória do cangaço (1982-1995)”, conduz seus leitores por alguns dos rumos da memória do cangaço, em especial os momentos de inflexão memorial situados, no Ceará, nas décadas de 1980 e 1990; no texto, são ressaltados os papéis desempenhados pela imprensa e por instâncias governamentais, em articulação com a atuação de intelectuais.

Larissa Julia Paludo e Gerson Wasen Fraga, respectivamente mestranda em Ciências Humanas e docente doutor em História na Universidade Federal da Fronteira Sul, discutem, em “Uma história de mulheres: Svetlana Aleksievitch e a disputa pela memória”, os processos de silenciamento ideológico e de violência de gênero que durante décadas sufocaram as memórias de mulheres combatentes na Segunda Guerra Mundial, do lado soviético. Essa discussão é realizada com base na análise do livro da escritora bielorrussa Svetlana Aleksievitch, *A Guerra Não Tem Rosto de Mulher*.

Memória, ética e reparação voltam a se encontrar mais fortemente imbricadas nos dois últimos artigos do dossiê, que informam e propõem reflexões sobre a criação de instituições e espaços memoriais referentes a episódios históricos traumáticos, em vários países. Felipe Eleutério Hoffman, museólogo e atualmente doutorando em Ciência da Informação, apresenta, no artigo “O Museu como ferramenta de reparação: apontamentos sobre as memórias do trauma, museus e direitos humanos”, um panorama de iniciativas nesse campo, indicando, em linhas gerais, concepções, estratégias de representação e sensibilização, bem como seus desafios e limites. Já em “Lugares de memória e resistência da América Latina: levantamento, organização e difusão de informações em um website”, temos a oportunidade de refletir sobre a relevância de ferramentas informacionais para esse debate, conhecendo as questões e procedimentos que nortearam a elaboração do website “Memória e Resistência” (www.usp.br/memoriaeresistencia) e a construção do “Vocabulário controlado da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça – Brasil”, tal como apresentados, no artigo, por Nair Yumiko Kobashi, doutora em Ciências da Comunicação e docente do Programa de Pós-Graduação da ECA-USP, juntamente com os mestrandos em Ciência da Informação Caio Vargas Jatene e Mariana Ramos Crivelente.

Frente às inúmeras portas que se abrem ao tema do dossiê, são artigos que elegem diferentes entradas e elegem desvios, mantendo, contudo, atenção às marcas deixadas, com frequência dolorosamente, por outros que ali estiveram – como parece querer nos indicar o fotógrafo Ramy Kaban, na imagem de capa desta edição da revista PerCursos. Artigos que compartilham, aliás, alguns dos fios narrativos do ensaio fotográfico de Aterlane Martins, também contido nesta edição, e que reverbera o

Apresentação

Antonio Gilberto Ramos Nogueira, Janice Gonçalves

fracasso de projetos públicos de modernização (nas obras públicas inconclusas da barragem do Patu), a violência estatal (na criação de campos de concentração de retirantes, no Ceará, nos anos iniciais da década de 1930) e a força da memória de sofrimentos e desventuras dos concentrados: no surgimento da devoção às Santas Almas da Barragem; na sua apropriação e reconfiguração, pela Igreja Católica, com a criação da Caminhada da Seca; nos projetos de patrimonialização que envolveram, sobretudo, as edificações e ruínas que naquela área dão sustentação material à fé popular.

Antonio Gilberto Ramos Nogueira

Janice Gonçalves

Organizadores

Referência

BEVERNAGE, Berber. **Historia, memoria y violencia estatal: tiempo y justicia**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

Revista PerCursos
Volume 20 - Número 42 - Ano 2019
revistapercursos@gmail.com